

Arte, política e subjetividades contemporâneas no Brasil a partir dos anos 2000.

Giordanna Laura Da Silva Santos.

Cita:

Giordanna Laura Da Silva Santos (2019). *Arte, política e subjetividades contemporâneas no Brasil a partir dos anos 2000*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/1258>



Arte, política e subjetividades contemporâneas no Brasil a partir dos anos 2000¹.

Giordanna Laura Da Silva Santos²

Resumo

A partir da ideia de políticas públicas de cultura e, considerando as subjetividades contemporâneas, questiona-se: qual o lugar da arte e da cultura nos processos políticos no Brasil nos anos 2000, sobretudo a partir de 2016, quando se deu o processo de impeachment da, então, presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT)? Atualmente, há diversas contradições no contexto social brasileiro, como, por exemplo, as artes serem criticadas a partir de um discurso político de extrema direita e com dimensão moral conservadora; e, em contrapartida e também por conta disso – mas não só por isso, fortalece-se relação arte e política como resistência social e de luta, principalmente nos últimos três anos. Neste atual contexto que se insere o projeto “Artes Visuais em Mato Grosso: acervo, difusão e crítica” e seu principal produto: o site Visual Virtual MT. Iniciado em 2011, no auge das ações de políticas públicas para cultura e para ciência e tecnologia, o projeto busca catalogar, valorizar e difundir as produções visuais em Mato Grosso, Brasil. Agora, enfrenta o desafio de não só difundir as artes produzidas por criadores residentes no referido Estado, como também, por meio do uso do site, atuar como uma ação de política cultural, e de modo crítico, junto aos diversos públicos e, sobretudo, junto aos professores dos diversos níveis de ensino, para que possam trabalhar as artes em sala de aula, com um viés da decolonialidade do saber, principalmente, da arte. Buscando, assim, pensar, repensar e ressignificar o ensino das artes e as práticas artísticas. Para desenvolvimento deste texto, realizamos pesquisas bibliográficas e documental, sobretudo, com análise de publicações jornalísticas, bem como de documentos oficiais do governo federal brasileiro, com intuito de refletir sobre o questionamento central deste trabalho. Nesse sentido, observamos os desafios que tanto o setor cultural como o projeto Visual Virtual MT têm para que possamos colocar em prática ações de repensar as artes e seu ensino, a partir da perspectiva decolonial.

Palavras chave

Políticas culturais; Visual Virtual MT; Difusão e ensino das artes; Colonialidade da arte; Decolonialidade.



Resumen

Desde la idea de políticas públicas de cultura y, considerando las subjetividades contemporáneas, la pregunta es: ¿cuál es el lugar del arte y la cultura en los procesos políticos en Brasil en la década de 2000, especialmente a partir de 2016, cuando tuvo lugar el proceso de destitución? entonces la presidenta Dilma Rousseff del Partido de los Trabajadores (PT)? Actualmente, existen varias contradicciones en el contexto social brasileño, tales como, por ejemplo, las artes que son criticadas desde un discurso político de extrema derecha con una dimensión moral conservadora; Por otro lado, y también por esto, pero no solo por esto, la relación entre el arte y la política se fortalece como resistencia y lucha social, especialmente en los últimos tres años. En este contexto actual que se ajusta al proyecto “Artes visuales en Mato Grosso: colección, difusión y crítica” y su producto principal: el sitio Visual Virtual MT. Iniciado en 2011, en el apogeo de las acciones de política pública para la cultura, la ciencia y la tecnología, el proyecto busca catalogar, mejorar y difundir producciones visuales en Mato Grosso, Brasil. Ahora se enfrenta al desafío de no solo difundir las artes producidas por los creadores que residen en ese estado, sino también, a través del uso del sitio, actuar como una acción de política cultural y, de manera crítica, a los diversos públicos y, sobre todo, con profesores de diferentes niveles de educación, para que puedan trabajar las artes en el aula, con un sesgo de la descolonialidad del conocimiento, especialmente del arte. Buscando así pensar, repensar y replantear la enseñanza de las artes y las prácticas artísticas. Para el desarrollo de este texto, realizamos investigaciones bibliográficas y documentales, principalmente, con análisis de publicaciones periódicas, así como documentos oficiales del gobierno federal brasileño, para reflexionar sobre el cuestionamiento central de este trabajo. En este sentido, observamos los desafíos que tienen tanto el sector cultural como el proyecto Visual Virtual MT para que podamos poner en práctica acciones para repensar las artes y su enseñanza, desde la perspectiva descolonial.

Palabras clave

Políticas culturales; Visual Virtual MT; Difusión y enseñanza del arte; Colonialidad de la arte; Descolonialidad.

Introdução e fundamentação do problema

Se pudéssemos resumir as políticas públicas culturais no Brasil nos anos 2000 em poucas palavras, usaríamos a expressão criada por Rubim (2007): tristes tradições,



enormes desafios; sobretudo no que se refere às instabilidades. Para Rubim (2007, p.11),

a história das políticas culturais do Estado nacional brasileiro pode ser condensada pelo acionamento de expressões como: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios.

A partir de um panorama histórico das ações de políticas públicas culturais desde o Brasil Colônia até os anos 2000, Rubim denominou essas tradições como: ausências, autoritarismos e instabilidades; sem, é claro, deixar de apontar, como visto no trecho acima, outras problemáticas. Vale lembrar que no período em que o autor inicialmente aborda tais questões (2007), o Ministério da Cultura já vinha desenvolvendo ações, com intuito de tentar superar as ditas três tradições, a partir de 2003, na gestão do músico e ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil, durante o primeiro governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Não podemos aqui, neste texto, aprofundarmo-nos na análise das políticas públicas de cultura desse período, bem como das várias outras gestões nos anos 2000, pois fugiria do escopo principal do presente trabalho, porém este breve contexto de caráter introdutório é base para compreendermos a problemática que aqui será apontada. Dessa forma, para compreensão de nosso argumento central³, faz-se necessário, brevemente, apresentarmos uma retrospectiva, uma espécie de panorama, das políticas culturais nos anos 2000, com ênfase no período a partir da reeleição da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2014. Por isso, optamos por trazer Rubim (2007) e a expressão “tristes tradições”, que continuam a ser uma realidade, a nosso ver, não só nas políticas para cultura, como em várias outras áreas, sobretudo, as de políticas sociais.

Antes de apresentarmos, de modo sucinto, as políticas culturais nos anos 2000 e até a década 2010, cumpre esclarecer dois pontos centrais: 1) o que consideramos como políticas públicas de cultura; e 2) o que são as três tristes tradições, segundo Rubim (2007).

Assim como Rubim (2007), nossa compreensão de políticas públicas toma por base Néstor García Canclini (1987, p. 26), considerando-as como

conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o



transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad.

Nesse sentido, consideramos que as políticas públicas são uma forma de gestão pública e um processo de formulação de políticas, no qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzem resultados e as mudanças esperadas. Para tanto, é imprescindível o diálogo com a sociedade e com os diferentes grupos de pressão, assim como é necessário a participação social nesses processos, para que se possa elaborar e acompanhar as ações de políticas públicas, com intuito de transformá-las em políticas de Estado (Santos, 2015).

Cumprе salientar ainda que preferimos utilizar a expressão política(s) pública(s) de cultura ou culturais, pois, desse modo, é possível reforçar o caráter “público” da política cultural, como apresentamos no trecho acima.

Já com relação a expressão criada por Rubim (2007), passaremos a explicá-la. As ausências se referem tanto aos períodos mais antigos, como a época inaugural das políticas culturais brasileiras, no período Colonial e que inicia uma das tristes tradições nas políticas culturais; como também a alguns períodos democráticos entre governos autoritários (1945 a 1964), bem como até mesmo épocas mais recentes (como nos anos 1990), nas quais governantes e gestores não desenvolvem políticas, de fato, públicas para cultura e/ou assumem uma postura considerada mais “neoliberal”, sendo que as ações de políticas para cultura são deixadas, em grande parte ou em sua totalidade, nas mãos de outros agentes, tais como iniciativa privada e/ou organismos do terceiro setor.

[pode-se considerar que] o nascimento das políticas culturais no Brasil esteja situado no tempo colonial, caracterizado sempre pelo obscurantismo da monarquia portuguesa que negava as culturas indígena e africana e bloqueava a ocidental, pois a colônia sempre esteve submetida a controles muito rigorosos como: proibição da instalação de impressas; censura a livros e jornais. vindos de fora; interdição ao desenvolvimento da educação, em especial das universidades etc. [...]. Conforma-se assim, uma primeira triste tradição no país, em decorrência de seu perfil autoritário e elitista: o dificultoso desenvolvimento da cultura (Coutinho, 2000) e o caráter tardio das políticas culturais no Brasil. [...] (Rubim, 2007, p.13-14).



Os autoritarismos dizem respeito aos períodos de ditaduras, tanto a civil, conhecida como Era Vargas ou Estado Novo, que foi de 1937 a 1945; como a civil-militar, que iniciou em 1964 e durou até 1985.

Já as instabilidades, aliadas às discontinuidades, são referentes aos diversos períodos e governos nos quais ocorrem ambiguidades, tais como: interrupção de políticas públicas, extinção de órgãos públicos de cultura, corte verbas públicas da Cultura, dentre outras ações que demonstram a não valorização da área cultural por esses representantes do povo. Rubim (2007) refere-se, principalmente, ao período pós-ditatorial e que se inicia no período de transição democrática (1985) e vai até gestão do ex-presidente Itamar Franco (1994).

Apesar de Rubim se referir às instabilidades aos períodos citados acima, podemos acrescentar a esse termo o período mais recente dos anos 2000, sobretudo a partir do impeachment de Dilma Rousseff, que, salvo suas particularidades, tem correlações com o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, como mostraremos a seguir.

Os anos entre 2003 a 2015 foram, certamente, os mais produtivos nas políticas públicas culturais, por várias razões, apesar de haver também entraves. Dentre algumas dos avanços obtidos nesse período, podemos destacar: ampliação do conceito de cultura por parte do Ministério da Cultura, considerando-o a partir de um viés antropológico e com base em três dimensões:

- cidadã, simbólica e econômica; ampliação da participação social, por meio da reformulação e/ou retomada de instâncias e instrumentos de participação social
- tais como conselhos de cultura; conferências; e construção participativa do Plano Nacional de Cultura, por meio, inclusive, do uso de ferramentas digitais, como consultas públicas virtuais, dentre outras formas de participação; ampliação do escopo de atuação do Ministério, criando Secretarias para políticas para Diversidade; descentralização das políticas culturais, sobretudo, por meio de critérios em editais que tentassem diminuir as desigualdades de acessos entre regiões do país; ampliação de recursos financeiros, por meio de editais e prêmios, para áreas até então não visibilizadas e/ou valorizadas, a exemplo de políticas para povos originários, afrodescendentes, LGBTQ+, etc.; políticas com foco na transversalidade da cultura, como por exemplo editais focando em saúde e cultura; esporte e cultura; educação e cultura, etc.



Observamos que, apesar dos avanços – sobretudo na distribuição de recursos financeiros para diferentes atores, de modo descentralizado –, nesse período a cultura ainda não alcançou um *status* de política de Estado, principalmente por que sua institucionalização ou demorou muito – como o processo de construção e aprovação do Plano Nacional de Cultura – ou em alguns casos – como Sistema Nacional de Cultura – nunca ocorreu. Ou seja, a cultura continuou refém de políticas de governo, contando com a vontade política de governantes e gestores, sofrendo com as descontinuidades nas transições dos responsáveis pelas Secretarias do MinC e do próprio Ministério. Isso é perceptível, sobretudo, a partir de 2016, com o processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e a tentativa de extinção do MinC no governo de Michel Temer.

Nesse período, em 2016, a pressão popular dos atores e grupos ligados à cultura – principalmente com as ações de artistas em veículos de mídias nacionais e das Ocupações em órgãos de cultura, como Fundação Nacional das Artes – no país conseguiu barrar a extinção do MinC e sua transformação em Secretaria. Porém, a cultura no Brasil sofreu novo impacto com a vitória de Jair Bolsonaro para Presidência da República. Assim, a partir de janeiro de 2019, o MinC foi, de fato, extinto e transformado em uma Secretaria vinculada ao Ministério da Cidadania, até em 07 de novembro passar para estrutura do Ministério do Turismo, bem como trocar seus principais gestores e isso gera diversas polêmicas e críticas da classe artística ao governo, sendo tal reação divulgada na imprensa brasileira.

Quando o MinC foi transformado em Secretaria no início do governo Bolsonaro, analisa-se que tal processo se deu praticamente sem a mesma reação que a classe artística no país teve durante a quase extinção no governo Temer. Destacamos, porém, que esse não foi o único contratempo que a cultura sofreu nos últimos anos. Identificamos, por meio do monitoramento de veículos jornalísticos e dos próprios sites oficiais de instituições culturais, que a partir de 2017, e principalmente nas eleições de 2018, as artes foram alvo de um discurso moral e conservador, seja por meio de cancelamento de exposição como a *QueerMuseu*⁴ (2017) em Porto Alegre, ou críticas e/ou censuras à intervenções artísticas, ou ainda por meio das chamadas *fake news* que foram amplamente compartilhadas via aplicativo de mensagens WhatsApp, em 2018.



Porém, em novembro de 2019, a classe artística brasileira começa a ter diversas reações contrárias à política para cultura no governo Bolsonaro, mas ainda assim sem mesma força de ações que já tiveram em períodos anteriores. As reações em novembro se deram pelo fato do novo secretário de Cultura, Roberto Alvim, além de trocar os gestores da pasta, sendo claramente alinhados à direita, com discursos conservadores, no dia 19 de novembro Alvim proferiu um discurso na Unesco, que causou comoção geral entre os artistas e gestores de cultura.



Figura 1 Matéria jornalística publicada no Jornal O Globo, em novembro de 2019.
Fonte 1 Jornal O Globo (versão digital).

Com relação ao discurso na Unesco, apresentamos alguns trechos, que são relacionados diretamente com a questão aqui proposta – arte e viés político- partidário.

Nas últimas 2 décadas, a arte e a cultura brasileira foram reduzidas a meros veículos de propaganda ideológica, de palanque político, de propagação de uma agenda progressista avessa às bases de nossa civilização e às aspirações da maioria de nosso povo. Passamos não mais a produzir e experimentar arte como uma ferramenta para o florescimento do gênio humano. A arte brasileira transformou-se em um meio para escravizar a mentalidade do povo em nome de um violento projeto de poder esquerdista, um projeto mesquinho que perseguiu e marginalizou a autêntica pluralidade artística de nossa nação. Este movimento abarcou a quase totalidade do Teatro, da Música, das Artes Plásticas, da Literatura e do Cinema, e não ocorreu de modo espontâneo: foi meticulosamente pensado, orquestrado e executado por lideranças tirânicas para nossa submissão. Quando a arte e a cultura adoecem, o povo adocece junto. Pois a sensibilidade de um povo é formada pelas obras de arte, assim como sua identidade é construída pela cultura. A arte e a cultura no Brasil estavam a serviço da bestialização e da redução do indivíduo a categorias ideológicas, fomentando antagonismos sectários carregados de ódio— palcos, telas, livros, traziam não elaborações simbólicas e experiências sensíveis, mas discursos diretos repletos de jargões do marxismo cultural, cujo único objetivo era manipular as pessoas, usando-as como massa de manobra de



um projeto absolutista. A ideologia de esquerda perpetrou uma terrível guerra cultural contra todos os que se opuseram ao seu projeto de poder, no qual a arte e a cultura eram instrumentos centrais de doutrinação. A esquerda perseguiu, difamou, destruiu as possibilidades de trabalho ou existência de qualquer voz que discordasse de seu credo revolucionário. Pois bem, caros Ministros: com a eleição do Presidente Jair Bolsonaro, os valores ancestrais de elegância, beleza, transcendência e complexidade encontraram uma nova atmosfera, e isso nos permite retomar o sonho de libertar a cultura e recolocá-la na direção de princípios poéticos sagrados. Estamos atualmente envolvidos na árdua tarefa de promover um renascimento da arte e da cultura brasileiras (Alvin apud Roveran, 2019).

Essa foi, claramente, a primeira vez que um gestor cultural, assume um tom ultraconservador, com viés político-partidário, em um evento de política externa, representando o Brasil e a política cultural nacional.

Há que se destacar que essa utilização das artes sob a perspectiva moral, sobretudo pré-eleição e no período eleitoral, foi uma estratégia amplamente usada por partidos políticos ou pessoas com filiação partidárias contrárias aos governos de centro-esquerda ou de esquerda. Em nome da “família tradicional brasileira”, “de Deus”, “das crianças – que são o futuro do Brasil”, diversas expressões artísticas por todo país passam a ser, de modo explícito presencialmente ou virtualmente em redes e mídias sociais, rechaçadas e censuradas. Quanto mais pessoas, grupos ou partidos políticos ligadas à extrema direita passa a realizar tais ações, foram crescendo também o posicionamento de artistas em favor e em defesa da liberdade de expressão, de pensamento e das práticas artísticas. A nosso ver, apesar de extremamente relevante, tal cenário gerou um “campo de batalha” e o cerne da questão – ruptura, desmonte e aniquilamento das políticas culturais no governo federal – foi sendo deixada de lado.

Tendo em vista esse cenário e a partir de nossa compreensão de políticas públicas de cultura, nosso questionamento inicial foi: Qual o lugar da arte e da cultura nos processos políticos no Brasil nos anos 2000, sobretudo a partir de 2016, quando se deu o processo de impeachment da, então, presidenta Dilma Rousseff (PT)?

Base teórica e metodologia

Como apontamos acima, há diversas contradições no contexto social brasileiro, como, por exemplo, as artes serem criticadas a partir de um discurso político de extrema direita e com dimensão moral conservadora; e, em contrapartida e por conta disso, fortalece-se relação arte e política como resistência social e de luta, principalmente nos últimos



três anos. Uma grande problemática disso, é que pensar política de Estado para as artes, bem como problemas concernentes à uma estrutura e políticas com bases de colonialidade do saber e das artes, dificilmente são pautas que estão sendo discutidas, desenvolvidas e cobradas. Afinal, com tantas ações ideológicas e discursos conservadores, a reação imediata é, ao menos, a garantia pela defesa da liberdade de pensamento e expressão, garantia da pluralidade nas artes e cultura e da gestão efetivamente democrática.

Frente a esse cenário, reforçamos a importância da pesquisa interdisciplinar na área das Artes e das chamadas Humanidades, com intuito de analisar a relação arte e política, e propor possíveis caminhos democráticos para construção de uma sociedade plural, equânime e com avanços sociais, políticos e econômicos. A cultura, e mais especificamente as artes, podem contribuir para isso, porém, enfrenta, historicamente, diversos desafios. Nesse sentido, acreditamos que não é possível pensar em soluções para as crises (econômicas, financeiras e políticas) sem repensarmos as amarras da colonidade em suas diversas facetas (do saber, da arte, etc.).

Neste atual contexto que se insere o projeto “Artes Visuais em Mato Grosso: acervo, difusão e crítica” e seu principal produto: o site Visual Virtual MT. Iniciado em 2011, no auge das ações de políticas públicas para cultura e ciência e tecnologia, o projeto busca catalogar, valorizar e difundir as produções visuais em Mato Grosso. Agora, enfrenta o desafio de não só difundir as artes produzidas por criadores residentes no referido Estado, como também, por meio do uso do site, atuar como uma ação de política cultural, e de modo crítico, junto aos diversos públicos e, sobretudo, junto aos professores dos diversos níveis de ensino, para que possam trabalhar as artes em sala de aula, por meio de um viés da decolonialidade do saber, principalmente, da arte. Buscando, assim, pensar, repensar e ressignificar o ensino das artes e as práticas artísticas a partir do questionamento central deste trabalho.

Para desenvolvimento deste texto, realizamos pesquisas bibliográficas e documental, sobretudo, com análise de publicações jornalísticas, bem como de documentos oficiais do governo federal brasileiro, com intuito de analisar o lugar da arte e da cultura nos diversos períodos de gestão pública no Ministério da Cultura nos anos 2000. Nesse sentido, observamos os desafios que tanto o setor cultural como o projeto Visual Virtual MT têm para que possamos colocar em prática ações de repensar as artes e seu ensino, a partir da perspectiva decolonial.



Visual Virtual enquanto ação de Política Cultural

Iniciado em novembro de 2011, o projeto “Artes Visuais em Mato Grosso: acervo, difusão e crítica” contou com financiamento Programa Nacional de Pós- Doutorado (PNPD) da CAPES, no período de 2011-16, tendo sido prorrogado até 2021, e é executado pelo Núcleo de Estudos do Contemporâneo (NEC).

Busca-se ser um centro de referência on-line da produção visual em Mato Grosso, bem como de publicações relativas à essa área, incluindo parte da produção indígena e as denominadas como “populares” (artesanato, artistas ditos como “naif”, etc). Objetiva-se ainda dar visibilidade à experiência artístico- visual praticada em Mato Grosso, utilizando recursos tecnológicos disponíveis e de baixo custo. Para tanto, foi criado o site Visual Virtual MT (VVMT), lançado em novembro de 2015. O site conta um acervo de 994 registros divididos entre dados imagético-textual e audiovisual, sendo que há obras produzidas a partir de 1974.

Diante de todo esse conteúdo, para a criação do site (e posteriormente a isso) vários debates foram feitos para definir nossa visão conceitual de política cultural e de “arte”, bem como estabelecesse uma relação direta com o pensamento decolonial o qual o projeto tem por base. Uma das principais preocupações era como incorporar produções outras, ou seja, criadores e obras visuais, que de acordo com conceitos ocidentais (europeu e estadunidense), não possuem ou não obtiveram o estatuto de “arte”. Ademais, tais produções, sobretudo no âmbito do estado de Mato Grosso, sempre foram deixadas à margem das políticas públicas de cultura, não só do aspecto teórico-conceitual, como na distribuição de recursos e construção de políticas culturais para a preservação da memória dessas produções (Santos, Brandão e Guimarães, 2019).

Seguindo essa linha de pensamento, o argumento político do VVMT é que nosso acervo, com expressões de determinadas etnias indígenas e de criadores “populares”, pode ser uma forma de tornar essas produções mais próxima da sociedade local e nacional, contribuindo, portanto, para sua inserção social. Afinal, acreditamos que essa ação possa contribuir para visibilidade dessas culturas e sensibilizar a sociedade local e nacional para os problemas e os impactos sociais causados por políticas públicas que desconsideram a diversidade cultural e a inclusão de diversos atores sociais (Santos, Brandão e Guimarães, 2019).

Um dos principais desafios que enfrentamos desde o início do projeto é com relação aos conceitos de “arte” e suas adjetivações e/ou hierarquização: “arte popular”, “arte



naïf”, “arte primitiva”, “artesanato” (produção popular), “artefato”, “adereço” (produção indígena). Tal desafio foi ainda maior quando pensamos nas políticas culturais e seu desenvolvimento ainda alicerçado em estruturas políticas que remetem a colonialidade do poder.

Dessa maneira, compreendemos que a arte funciona como dispositivo de colonialidade, sustentando um valor máximo para a produção ocidental (centro- europeia e estadunidense) e subalterniza, em diferentes posições, a produção do resto-do-mundo, sendo essa hierarquia é necessária à manutenção do sistema artístico. (Santos, Brandão e Guimarães, 2019, p.212). Diante desse desafio, optamos por trabalhar a base conceitual do projeto a partir do pensamento decolonial.

A colonialidade é um processo que envolve subjetividades, estruturas de dominação e poder das populações negras e indígenas que permanecem mesmo após a independência das colônias. Ademais, colonialidade também diz respeito aos valores eurocêntricos/modernos/coloniais/patriarcais que continuaram sendo reproduzidos pelos próprios colonizados, sendo que esse processo se desdobra na forma de colonialidade do ser, do saber e do poder.

A partir dessa lógica, as culturas estão categorizadas, adjetivadas e hierarquizadas pela diferença colonial, ou seja,

Consiste en clasificar grupos de gentes o poblaciones e identificarlos en sus faltas o excesos, lo cual marca la diferencia y la inferioridad con respecto a quien clasifica. La colonialidad del poder es, sobre todo, el lugar epistémico de enunciación en el que se describe y se legitima el poder. En este caso, el poder colonial (Mignolo, 2003, p.39).

Considerando que a modernidade tem uma face oculta e intrínseca, ou seja, a colonização, a decolonialidade estabelece uma crítica aos conceitos de modernidade/desenvolvimento, que, na visão decolonial, ocultou sua face obscura e violenta: a hierarquização dos povos conquistados/dominados a partir do conceito de raça, bem como a escravização e a subalternização desses povos na construção do mundo moderno.

Observamos que a transformação da diversidade existente nas Américas em valores e hierarquias raciais, patriarcais, geopolíticas, que integram classificações epistêmicas de uma elite que controla o conhecimento. Por conseguinte, naturaliza-se uma visão



eurocêntrica do mundo como algo universal, consolidando-se como conhecimento único e verdadeiro da comunidade global (Palermo, 2012).

Ademais de fazermos críticas à colonialidade da arte, no Projeto VVMT, adotamos, por exemplo, o conceito de *Aesthesis* (Mignolo, 2010), produções visuais aesthéticas, em detrimento de “artes” e Estética. Nossa metodologia preza o trabalho colaborativo com os criadores visuais. Além de pensarmos em novas categoriais, na interdisciplinaridade como lógica de construção de nosso produto (VVMT) e nesse trabalho colaborativo, temos como objetivo, em todas as fases, instigar o debate sobre essa temática, bem como o pensamento crítico, para os diferentes públicos (os criadores e os fruidores).

Repensar as políticas públicas de cultura

Primeiramente, no que diz respeito às políticas culturais brasileiras, identificamos como problemática a própria distinção entre cultura e artes, sobretudo, a hierarquização das culturas (cultura popular, cultura indígena, etc.).

Nesse sentido, observamos ainda que o sistema político reproduz tal lógica, por meio de suas próprias ações de políticas públicas culturais.

Ao contrário de ampliar o alcance da produção artística, nas mais diversas expressões, de modo a contemplar as músicas, danças, performances e artes visuais de todos, historicamente nas políticas culturais usa-se a adjetivação de algumas expressões culturais, tais como: “cultura indígena” e “cultura popular” que não se compromete com o estatuto artístico e dilui as experiências estéticas aí compreendidas. Compreendemos, assim, que a “cultura” funciona como mais um adiamento do embate entre as categorias arte x artesanato, artefato, adereço, etc. (Santos, Brandão e Guimarães, 2019).

Apesar dessa problemática, que tinha potencial de ser desenvolvida durante os anos 2000 e primeira metade da década 2010, foi a ampliação, com vistas à diversidade cultura e a inclusão desses atores diversos nas políticas culturais, que parece ter causado uma reação, sobretudo com forte viés conservador política e moralmente; a exemplo do acontecimento da exposição Queermuseu ou até mesmo das falas do secretário nacional de Cultura, Roberto Alvin, na Unesco.

Considerações finais

Frente a esse contexto exposto aqui, o projeto de pesquisa e o site Visual Virtual MT tem o grande e imenso desafio de debater artes, contribuir para o ensino das artes, com



finalidade de apresentar conteúdos e ferramentas capazes de instigar o pensamento crítico, mobilizar os agentes sociais a assumirem uma postura crítica e engajamento político contra as instabilidades nas políticas públicas de cultura.

Além disso, busca também romper com as amarras conceituais e políticas, alinhadas à colonialidade, e temos também o desafio de dar visibilidade às produções de povos indígenas para além dos espaços hegemônicos do saber, sobretudo, para além do circuito da Academia. Aliás, outro desafio enorme é fazer com essa discussão importante, feita aqui, ultrapasse os espaços acadêmicos e chegue à sociedade.

Assim, uma de nossas maiores metas é que o Visual Virtual MT se constitua como um espaço difusor e mediador de cultura, pesquisa e reflexão crítica, incentivo e divulgação da produção visual contemporânea em Mato Grosso.

Vislumbramos que a perspectiva decolonial, sobretudo por meio do conceito de *aesthesis decolonial* (Mignolo, 2010), é um dos caminhos para desenvolver o projeto.

Referências

García Canclini, Néstor (Org.) (1987). *Políticas Culturales en América Latina*. Buenos Aires: Grijalbo.

Mignolo, Walter. (2003). 'Un paradigma otro': colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitismo crítico. En *Historias locales / diseños globales*.

Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo, (pp. 19-60). Madrid: Akal.

Mignolo, Walter. (2010). Aiesthesis decolonial. In: *Calle 14*, Revista de Investigación en el campo del arte, v. 4, n. 4.

Palermo, Zulma. (2012) Mirar para comprender: artesanía e re-existencia. In: *Otros Logos*, Revista de Estudios Críticos. Disponível em: <<https://bit.ly/3pvNmc2>> Acessado em 10 jan. 2019.

Roveran, Ricardo. (2019). Secretário da Cultura denuncia estratégia de dominação cultural na Unesco. *Terça Livre* (site). Disponível em: <https://www.tercalivre.com.br/secretario-da-cultura-denuncia-estrategia-de-dominacao-cultural-na-unesco/> Acessado em 25 nov. 2019.

Rubim, Antonio Canelas. (2007). Políticas Culturais: entre o possível e o impossível. In: Nussbaumer, Gisele Marchiori (Org.). *Teorias e Políticas da Cultura*. Salvador, EDUFBA.



Rubim, Antonio Albino Canelas (2010). Políticas Culturais no Governo Lula. In: Rubim, Antonio Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*.

Salvador: EDUFBA.

Santos, G. L. S. (2015). Participação social no Colegiado Setorial de Culturas Populares, do Ministério da Cultura (MINC): uma análise dos canais comunicacionais e participativos, de 2010 a 2014. Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, Bahia, Brasil.

Santos, Giordanna; Brandão, Ludmila; Guimarães, Suzana. (2019, mai-ago). A arte, sua razão excludente e as políticas públicas. *Revista Digital do Laboratório de Artes Visuais - LAV*. v. 12, n. 2. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/36348> Acessado em 03 set.2019.

VVMT. (2019) Site Visual Virtual MT, do Projeto “Artes Visuais em Mato Grosso: acervo, difusão e crítica”.